

6

Texto 22

Quinta-feira, 16 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

A farra nos cofres públicos continua

Anotória ineficiência estatal, refletida na incapacidade de Brasília fiscalizar a lisura na aplicação do dinheiro do contribuinte, não para de ter exemplos. O mais recente, relatado em reportagem do GLOBO, envolve indícios do uso de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) no desvio de recursos do Tesouro.

Entidades sem fins lucrativos chanceladas pelo Ministério da Justiça para serem contratadas por governos na prestação de serviços à população, Oscips têm sido usadas para o acesso fácil a recursos públicos, a serem gastos sem a devida prestação de contas. De acordo com os registros do Tribunal de Contas da União (TCU), há R\$ 120 milhões em despesas executadas por meio destes organismos sem que se saiba como e onde a cifra foi aplicada.

Há uma ironia: as Oscips foram criadas em 1999 com o objetivo de corrigir falhas de fis-

calização constatadas na contratação de organizações não governamentais. O simples fato de políticos com folha corrida de fichas passarem a atuar atrás do biombo de ONGs já indicava a deturpação deste instrumento ágil de auxílio à administração pública.

Foi emblemática a denúncia de que o senador sem voto (suplente de Joaquim Roriz) Gim Argello (PTB-DF) destinara emendas parlamentares para uma ONG de amigos. Os desmentidos foram veementes, mas, por precaução, Argello, da base governista, renunciou à relatoria do Orçamento deste ano, e mergulhou para tentar fugir do noticiário.

Sinal estridente de que algo vai mal é a oferta pública, noticiada pelo jornal, de venda de entidades a quem se interessar pela

captação de verbas públicas. Há pregão até de Oscip já proprietária de verbas. Pelo jeito, o registro no Ministério da Justiça é pro forma e serve para criar mais um cartório, dos tantos em funcionamento no universo estatal.

Tem-se a sensação de absoluto descaso com o destino da arrecadação dos pesados impostos. Assim como houve desvirtuamentos com ONGs, o mesmo parece acontecer com Oscips, em prejuízo de um modelo que tem sido aplicado com bons resultados, por exemplo, na área de saúde pública.

Nos últimos dez anos, a extração tributária escalou dez pontos de PIB e hoje está na faixa dos 36% do produto interno, mais do que em várias economias desenvolvidas e recorde no bloco dos emergentes. Algo como mais de 100 mil

funcionários públicos foram contratados, mas a fiscalização continua a dar seguidas demonstrações de ineficácia. Não empregaram fiscais, pelo visto.

A Controladoria-Geral da União (CGU), diante de 5.564 prefeituras, faz auditorias por amostragem, e sempre descobre grande número de fraudes. Os casos são remetidos ao Ministério Público, processos entram no labirinto do Judiciário, e de lá não se sabe quando sairão.

Onde há muito dinheiro existe algum esquema em funcionamento para desviar o que for possível. Como a fiscalização é débil, tudo fica mais fácil. Se apenas 2,5% dos repasses bilionários da União para a Saúde em estados e municípios são auditados, não deve ser difícil capturar algo nos 97,5% restantes. Pois só nestes 2,5% investigados encontraram-se desvios de R\$ 662 milhões. A história das Oscips dá a entender que é eterna esta farra nos cofres públicos.

Multiplicam-se as evidências de desvios facilitados pela falta de fiscalização

6

Texto 23

Terça-feira, 11 de outubro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

A internacionalização do crime

A descoberta de ligações entre contraventores do Rio e a máfia israelense conhecida como Albergil Family em operações de contrabando de carros, lavagem de dinheiro, exploração de máquinas caça-níqueis e tráfico de pedras preciosas, entre outros atos criminosos, torna ainda mais crucial o recurso, pelas autoridades de segurança, a ações integradas entre órgãos de todas as instâncias do poder público para combater o crime organizado. Essa necessidade, de resto, já era evidente pelo estágio a que haviam chegado as relações das quadrilhas fluminenses que exploram o tráfico de drogas, e dos grupos paramilitares, com a criminalidade internacional, para abastecer seus arsenais e ampliar seus "negócios".

A operação deste fim de semana, em que a Polícia Federal prendeu 13 pessoas — entre elas Yoram El Al, chefe da máfia israel-

ense —, apreendeu carros de luxo e confiscou mais de R\$ 50 milhões em bens e dinheiro, evidencia um preocupante e crescente grau de sofisticação nas ações de grupos criminosos no Rio. Em relação à contravenção fluminense, as investigações da Polícia Federal puxaram a ponta de um fio que liga o crime organizado a pelo menos um nome de peso do bandidismo internacional. O israelense preso tem ficha na Drug Enforcement Administration (DEA), a agência antidrogas americana, é procurado em vários países pela Interpol e, no caso específico de sua ligação com bicheiros do Rio, teria planejado, com métodos terroristas, o atentado em que morreu o filho do contraventor Rogério An-

drade, um dos chefes das máfias que exploram máquinas caça-níqueis no estado.

É irreal imaginar que se pode enfrentar somente com ações policiais localizadas esse poderio, esse grau de organização e uma espécie de divisão de competências que alimenta internacionalmente as redes criminosas. É fora de dúvida que são importantes para conter a violência programas pontuais de combate à criminalidade, como as UPPs e os movimentos do governo estadual para adotar uma política de segurança que melhore os indicadores de crimes. Mas sem o fundamental recurso a operações integradas, que alcancem as ramificações das quadrilhas em níveis nacional e, confirma-se agora, inter-

nacional, de modo a asfixiar os grupos organizados, corre-se o risco de ver solapado todo esse esforço.

Operações de asfixia do crime organizado passam necessariamente, além das ações tópicas, por uma política de controle efetivo de fronteiras, por onde entram armas, drogas e até pessoal arrematado pelas quadrilhas, e de fiscalização de estradas usadas como rotas de abastecimento dos grupos. A monumental movimentação da PF neste fim de semana mostrou, também, que deve ser cada vez mais afinada a colaboração entre as polícias do país e os organismos internacionais de segurança. Também não se pode prescindir de iniciativas de inteligência e do apoio da Receita Federal. Tudo isso esteve presente nessa operação — clara indicação do caminho a seguir na repressão às quadrilhas que agem no Rio e em todo o país.

Combate às quadrilhas exige ações integradas entre órgãos de segurança

6

Texto 24

Quarta-feira, 19 de outubro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Dois fortes impactos no Oriente Médio

Foi dia de festa tanto em Israel quanto na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Cinco anos após sua captura pelos radicais do Hamas em Gaza, o soldado israelense Gilad Shalit voltou para casa ontem, encontrando a pequena cidade de Mitzpe Hila, no Norte do país, com centenas de pessoas nas ruas e nos tetos, cantando, ondulando bandeiras israelenses e espoucando champagne. Os mais de 450 prisioneiros palestinos soltos ontem por Israel, em contrapartida, regressaram para encontrar multidões em delírio nas principais cidades da Cisjordânia e na Faixa de Gaza, onde fluuava um sem-número de bandeiras verdes do Hamas. Mais 550 presos palestinos serão libertados em dois meses, na segunda fase do acordo.

Até recentemente estagnado, o processo de paz no Oriente Médio foi sacudido por dois acontecimentos de impacto. Em setembro, o presidente da Autoridade Palestina, Mah-

moud Abbas, apresentou à ONU um pedido de reconhecimento do Estado palestino, independentemente do reinício ou não das negociações com Israel. Embora houvesse ranger de dentes do lado israelense e os EUA insistissem que o Estado só poderá nascer de negociações bilaterais, o gesto de Abbas de deixar de lado as armas e adotar a via diplomática mereceu amplo apoio internacional e rendeu-lhe bons dividendos políticos. O Conselho de Segurança examina o pedido.

A troca de prisioneiros negociada através de mediadores entre Israel e o Hamas é ainda mais espetacular. Pelo simples fato de ter havido uma negociação, ainda que indireta, entre o Estado judeu e os radicais palestinos que governam a Faixa de Gaza. Os cál-

culos políticos são delicados. Netanyahu espera que o feito de trazer de volta o primeiro soldado israelense vivo em 26 anos, coroando uma intensa campanha que tomou conta do país pela libertação de Shalit, seja suficiente para contrabalançar a ira dos parentes de vítimas de atentados em Israel com a soltura de mil prisioneiros palestinos, muitos com sangue nas mãos.

O Hamas certamente espera, com a façanha, superar a popularidade obtida pelo presidente Abbas com sua reivindicação pacífica do reconhecimento do Estado palestino.

O longo, sangrento e infeliz contencioso entre Israel e os palestinos tornou lugares comuns várias expressões. Uma delas é a expectativa de que "o processo de

paz volte aos trilhos". Nestes trilhos, porém, ele não tem prosperado. Talvez seja preciso que rasgue novas trilhas. Isto pode estar sendo feito tanto pela iniciativa unilateral do moderado Abbas quanto pela negociação do radical Hamas.

Cabe agora às duas lideranças palestinas (na Cisjordânia e em Gaza) aproveitar o momento, não para medir forças, mas para se apresentar à negociação, desde que o Hamas mude o estatuto que clama pelo fim de Israel. Cabe ao governo israelense cessar imediatamente a colonização nos territórios ocupados em sinal de boa vontade para facilitar o diálogo. E cabe ao Quarteto — EUA, União Europeia, Rússia e ONU — ser flexível para examinar se as novas trilhas abertas pelo pragmatismo não serão mais promissoras e frutíferas que os velhos trilhos que, até agora, não conseguiram deter o derramamento de sangue nem construir a esperança.

Hamas e Abbas jogam suas fichas e sacodem processo de paz com Israel

6

Texto 25

Quinta-feira, 20 de outubro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

A degradação no universo das ONGs

Nos cinco escândalos já ocorridos em pouco menos de dez meses de governo Dilma — quase um a cada 60 dias —, em dois, no Ministério do Turismo de Pedro Novais, e, agora, no do Esporte de Orlando Silva, surgem organizações não governamentais denunciadas como instrumento de assalto aos cofres públicos.

No passado, uma alternativa benigna e eficiente para melhorar a qualidade nos gastos com dinheiro do contribuinte — ao menos, continuam a existir organizações sérias —, este tipo de entidade foi descoberto pelos esquemas que atuam nos subterrâneos da política brasileira, e o resultado é o que se vê.

Na questão específica do Ministério do Esporte, ainda é preciso esperar desdobramentos. De um lado, Orlando Silva, ministro acusado de utilizar esquemas de organizações não governamentais para bombear dinheiro público ao caixa dois de seu partido, o PCdoB, e, de outro, o personagem exótico

de um PM, João Dias Ferreira, dono de ONGs escolhidas para receber recursos do programa Segundo Tempo, da Pasta de Orlando Silva, voltado a crianças carentes.

O próprio João Dias, ex-filiado do PCdoB, já chegou a ser preso, acusado de desviar R\$ 3,2 milhões deste dinheiro. Indignado, o ministro pede que o acusador apresente provas. Mas, haja o que houver, venham ou não as provas, está mais do que configurado que se tornou uma manobra recorrente despejar nessas organizações, sem maiores controles, centenas de milhões de reais do Tesouro.

Quando há má-fé, não parece ser difícil receber e fazer desaparecer o dinheiro. A ONG, por atuar junto a faixas carentes da população, passou a servir de biombo eficiente para encobrir falcaturas, sempre em

nome da benemerência. Explodem no governo Dilma casos de longa fermentação em Brasília. O mau costume vem de longe. No Ministério do Trabalho, por exemplo, Pasta como várias outras doadas num esquema fisiológico a partidos e grupos políticos — no caso, ao PDT e sindicatos —, houve em 2008 o escândalo, revelado pelo GLOBO, da ONG Meu Guri, do deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), "Paulinho da Força (Sindical)", um desses guichês supostamente assistencialistas abertos para receber repasses de recursos oficiais.

No Turismo, destacou-se, há pouco, a história de uma emenda da deputada Fátima Paelaes (PMDB-AP), para o ministério transferir recursos a uma dessas organizações no Amapá, a fim de bancar o treinamento de mão de obra para o setor de

turismo. O objetivo era outro.

No Ministério do Esporte, a manipulação de ONGs parece ter atingido escala industrial. Presenteadas ao PCdoB desde Lula, a Pasta, tudo indica, passou a ser utilizada para bombear milhões de reais rumo ao caixa do partido e/ou de políticos da legenda. De 26 dessas entidades conveniadas com o Esporte, a Controladoria Geral da União (CGU) cobra a devolução de R\$ 49 milhões, recursos cujo destino é desconhecido. É bastante provável que haja perda total, pois algumas ONGs foram criadas apenas para embolsar o dinheiro, e desapareceram. Eram "ONGs-papel".

Independentemente do destino de Orlando Silva, o Ministério do Esporte parece ser um caso de faxina completa e de mudança profunda de método administrativo, quanto mais não seja pela proximidade de grandes eventos como Copa e Olimpíadas. Está vulnerável a própria imagem do país, num momento em que se pretende subir de status no mundo.

Corrigir desvios no uso das entidades deveria ser prioridade do Planalto

6

Texto 26

Terça-feira, 9 de agosto de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Guerra contra drogas passa por fronteiras

As autoridades precisam cuidar das fronteiras para evitar a entrada de drogas (e, por extensão, de armas para o crime organizado) no Brasil. São uma obviedade tanto a preocupação com as portas abertas para o contrabando de entorpecentes quanto o conselho para asfixiar, com o controle das áreas de limite com outras nações, o abastecimento aos principais mercados do país. A novidade é que, no caso, as recomendações partem de alguém com inegável conhecimento de causa — o ex-traficante Tuchinha, que foi chefe do comércio de drogas na Mangueira e agora, após 21 anos de prisão, renega o passado ligado ao banditismo para trabalhar com o AfroReggae.

Os dois mais importantes centros brasileiros de receptação de drogas e armas, as regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e São Paulo, têm registrado estimulantes reduções dos indicadores da criminalidade decorrente

do tráfico. Mas são números que ainda estão aquém dos limites aceitáveis para uma sociedade em que a violência deixe de ser a causa de frequentes tragédias. Em grande parte, ações de combate ao crime em todo o país são comprometidas pela inexistência de uma política de segurança estratégica, de que o controle de fronteiras deve ser um princípio, em vez de episódicas iniciativas policiais.

O tamanho do problema é proporcional à extensão das nossas áreas limítrofes. São quase 17 mil quilômetros, dos quais 11 mil quilômetros ligam o Brasil aos três maiores produtores de cocaína do mundo — Peru, Bolívia e Colômbia. Somente os dois primeiros respondem por 60% a 70% desse tipo de droga que entra no

território nacional. São carregamentos para o mercado interno e outras regiões do mundo. Segundo um relatório das Nações Unidas sobre drogas e crime, o Brasil tornou-se o maior intermediário sul-americano do tráfico para a Europa em termos de cargas apreendidas. Um perfil moldado pela tibia fiscalização de fronteiras. O ex-traficante Tuchinha deu seu parecer sobre a entrada de drogas no país poucas semanas depois de o governo brasileiro ter medido na prática a importância do controle dos limites geográficos.

Gracias a uma operação de fiscalização ostensiva, aliada a ações de inteligência e de colaboração com outros países, forças de segurança conseguiram aumentar, entre junho e julho, as apreensões de drogas em áreas limítrofes críticas. O volume de cocaína apreendida cresceu 233 vezes em relação a igual período de 2010, ao passo que a quantidade de maconha subtraída ao tráfico aumentou 65% desde o início de 2011. Tais números mostram que são fundamentais ações concretas de fiscalização na guerra contra o tráfico. Também embutem outra evidência: movimentos pontuais levam a resultados imediatos, mas é inescapável que o país precisa de uma política estratégica, de Estado, com iniciativas permanentes de controle de fronteiras e programas que incluam não só a atuação da Polícia Federal, mas a essencial colaboração das Forças Armadas como forças auxiliares. É importante também incrementar a presença das instituições do Estado nos municípios fronteiriços. É uma questão a ser tratada como prioridade pelo poder público. O novo ministro da Defesa, Celso Amorim, deveria tratar do assunto com prioridade.

O Brasil é vizinho dos três maiores países produtores mundiais de cocaína

6

Texto 27

Quarta-feira, 24 de agosto de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Corrida contra o tempo nos aeroportos

O Brasil se atrasou e agora precisa correr contra o tempo para dotar os grandes aeroportos do país de uma administração mais ágil e eficiente. O futuro aeroporto de São Gonçalo do Amarante, ainda em obras, vizinho à capital do Rio Grande do Norte, Natal, serviu como primeiro teste e comprovou o apetite dos consórcios interessados em assumir a função de concessionário de serviço público nessa nova área antes quase completamente ocupada pelo Estado (Infraero).

O grupo vencedor do leilão, formado por capitais brasileiros e argentinos, se propôs a pagar R\$ 170 milhões pela outorga para concluir a obra e operar o aeroporto, um ágio de 228,8% sobre o lance mínimo estipulado pelo governo federal! Como as tarifas aeroportuárias terão de seguir os padrões já em vigor, é óbvio que o concessionário espera recuperar esse investimento com a multiplicação dos serviços que serão oferecidos. E

terá de enfrentar seu primeiro grande desafio, o de inaugurar o aeroporto antes da Copa do Mundo de 2014, pois Natal será uma das cidades que servirão de sede para o campeonato de futebol, que desperta interesse em todo o planeta.

O consórcio vencedor reúne a experiência do sócio brasileiro na construção pesada com o aprendizado dos argentinos na administração de vários aeroportos não só na América do Sul, mas também na Europa e na Ásia.

O teste bem-sucedido animou o mercado em relação à próxima licitação, que envolverá três dos maiores aeroportos do país (Guarulhos e Viracopos, em São Paulo, e Brasília), prevista para dezembro.

O tempo é curto a fim de que os aeropor-

tos brasileiros estejam preparados para o considerável crescimento do fluxo de passageiros e cargas, que está em curso e se ampliará com a realização de megaeventos esportivos internacionais no Brasil.

No entanto, por mais dificuldades que os novos concessionários venham a enfrentar, certamente terão mais agilidade e ferramentas para adotar as providências necessárias ao bom funcionamento de um grande aeroporto, com o mesmo padrão de conforto e eficiência já oferecidos em vários lugares do mundo. Nesse sentido, é importante que fique bem claro o papel do concessionário. Como a estatal Infraero terá necessariamente 49% do futuro consórcio (foi a fórmula que o governo encontrou para a empresa obter receitas e

continuar administrando outros aeroportos de menor porte), se sua ingerência for mais do que a de um acionista não controlador e se envolver diretamente na operação cotidiana, o risco de fracasso será significativo. Evidentemente que a transmissão da experiência da Infraero, com seus erros e acertos, não poderá ser menosprezada pelos futuros concessionários. Mas sem poder de decisão.

E já que se trata de uma corrida contra o tempo, seria importante que o governo abreviasse a licitação para a concessão dos aeroportos do Galeão e de Confins. Ambos encontram-se em situação limite e é preciso uma mudança administrativa urgente, caso contrário o país estará sujeito a um vexame internacional durante os eventos que se sucederão a partir do ano que vem. Demorou muito a superação do preconceito ideológico no governo contra a licitação de aeroportos. Que agora ela ganhe velocidade.

Feita com sucesso a primeira licitação, é vital apressar as demais

6

Texto 28

Quarta-feira, 7 de setembro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

CPMF é um fantasma não exorcizado

Governadores se mobilizam para apoiar qualquer tentativa de recriação da CPMF, uma espécie de fantasma tributário que vive a atormentar os contribuintes brasileiros. Nas suas primeiras encarnações, o tributo embutiu a palavra "provisório(a)" em sua denominação, mas, se dependesse dos governantes, teria se perpetuado.

Na última tentativa de perenização do "provisório(a)", o Congresso Nacional (Senado) se mostrou sensível à indignação dos contribuintes e evitou que eles fossem submetidos a mais um achincalhe.

O governo federal não se fez de rogado e rapidamente foi buscar no IOF meios para recuperar a receita que estaria perdida. E o resultado foi além das expectativas mais otimistas. O IOF também é um imposto maleável, que pode ser acionado em determinados momentos, com objetivo de corrigir distorções na área financeira. Não gera na cadeia produ-

tiva as mesmas distorções da CPMF. E com mais uma vantagem para o Tesouro: a receita do IOF não precisa ser repassada, em parte, a estados e municípios, e nem está vinculada a despesas. IOF à parte, o próprio crescimento da arrecadação repôs os estimados R\$ 30 bilhões anuais da CPMF. Ou seja, a Saúde, a rigor, não perdeu recursos.

Embora esse seja o melhor dos mundos para as autoridades fazendárias federais, o saudosismo em relação à CPMF persiste. E sempre com uma repetitiva catinária: "O sistema público de saúde está depauperado e somente sobreviverá se assegurar uma fonte exclusiva de financiamento." Curiosamente, esse discurso é compartilhado por importantes líderes da oposição, de forma que o risco de o tributo-fantasma chegar à sua

terceira encarnação é muito grande.

O governador Sérgio Cabral acaba de se engajar nessa campanha, afirmando que o fim da CPMF foi uma "covardia". Contra quem? Ora, se os governantes estivessem de fato tão preocupados em qualificar o sistema público de saúde, fariam o possível e o impossível para pôr em prática instrumentos de gestão capazes de torná-lo mais eficaz e produtivo. No entanto, essas iniciativas ficam pelo meio do caminho ou são abandonadas ao primeiro sinal de resistência corporativa por parte dos grupos que no fundo não desejam qualquer mudança na atual estrutura (seja por visão ideológica bisonha quanto ao papel do Estado, seja por interesses políticos e/ou pessoais).

O Estado do Rio de Janeiro sequer destina à

saúde o percentual de gastos que se almeja para o setor. Em vez de 12%, desembolsa 10,75%. E não está desacompanhado. Minas Gerais não passa de 8,85%, o Paraná fica em 9,84% e o Rio Grande de Sul em apenas 4,37%, para citar alguns estados. Quase que diariamente a imprensa em todo o Brasil traz à tona casos de desperdícios, má gestão, irracionalidade ou malversação de recursos na área de saúde. Tributar ainda mais o contribuinte para esse buraco sem fundo é que pode ser classificado como covardia contra o cidadão.

O Congresso está prestes a votar a regulamentação da emenda 29, pela qual deverão ser fixados novos pisos de gastos para a Saúde e definidas de forma mais precisa as despesas. Embora líderes partidários digam não cogitar de recriar a CPMF em decorrência dessa regulamentação, todo cuidado é pouco. A CPMF, infelizmente, permaneceu como um fantasma vagando pelo sistema tributário. Deveria ter sido devidamente exorcizado.

IOF e arrecadação
mais do
que repuseram
a perda pelo
fim do imposto

6

Texto 29

Terça-feira, 6 de setembro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Arquivamentos deixam crimes sem castigo

Um levantamento divulgado em abril pelo Ministério da Justiça, com base na pesquisa Mapas da Violência 2011, mostrou que só 8% dos cerca de 50 mil homicídios cometidos por ano no país são resolvidos. No total, o perfil — elaborado a partir principalmente dos índices de produtividade das delegacias policiais dos estados — registrava que, até 2007, havia no Brasil pelo menos cem mil inquéritos inconclusos sobre assassinatos. Inaceitáveis, estes números levaram o Conselho Nacional do Ministério Público a criar, em parceria com a Pasta da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça, e governos estaduais, a Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp), que estabeleceu como meta tentar concluir até o fim de 2011 os inquéritos criminais abertos até quatro anos atrás.

A providência tinha bons propósitos. Homicídios não solucionados comprometem a credibilidade da polícia e da Justiça, principalmente quando os índices alcançam a dimensão demonstrada pelos Mapas da Violência. Mas, vê-se agora, a "metodologia" aplicada pelo Ministério Público em praticamente todo o país, para cumprir a meta do Enasp, em vez de ajudar a resolver a questão dos crimes sem castigo, apenas varreu o problema para debaixo do tapete. Em quatro meses (de abril a julho), os MPs arquivaram 80% dos casos em investigação, revelou série de reportagens do GLOBO. Somente no Rio de Janeiro, o índice de arquivamento de inquéritos chegou a 96%. Em Goiás, o encerramento

de processos de assassinatos sem autoria conhecida foi a 97%. Em Pernambuco, o índice atingiu 85%, e em São Paulo, 71%.

Trata-se de óbvia adulteração dos objetivos que pautaram a Enasp. Ao definir a meta de zerar, ou de chegar a algo próximo disso, as pilhas de inquéritos antigos à espera de solução (pelo oferecimento de denúncia contra suspeitos, limitando-se o arquivamento aos casos efetivamente insusceíveis de serem esclarecidos), o órgão visava a combater a impunidade, com o esclarecimento dos crimes e a consequente punição dos responsáveis. Mas o arquivamento em massa de casos não resolvidos tem apenas efeito estatístico. Na prática, é uma patranha contra o

princípio de uma Justiça que deve proteger a sociedade.

Com esse procedimento, os promotores alimentam uma cadeia de atos que desservem à Justiça brasileira. Essa rede, que ceva a impunidade, começa nos maus serviços das delegacias (pelo sucateamento das repartições policiais, pela falta de estrutura técnica para obtenção de provas, pelo déficit do número de investigadores e pela inexistência de uma política nacional integrada de segurança). Passa, como se vê, por essa inapetência investigadora do MP e se completa na burocracia e na lentidão dos ritos judicantes do país. Desse somatório resultam, entre outros males, baixas taxas de resolução de crimes, estímulo a afrontas à lei e, como decorrência, crescente descrédito da população com a capacidade de estas instituições cumprirem seu pressuposto de guardiãs do estado de direito.

Homicídios sem
solução estimulam
impunidade e
desacreditam
a Justiça

6

Texto 30

Quarta-feira, 12 de outubro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Ensino revela tensões no modelo chileno

A crise entre os estudantes e o governo chileno é, de certa forma, uma consequência do sucesso das políticas aplicadas nas últimas três décadas, e que ensejaram o desenvolvimento econômico e social, a redução da pobreza e a melhoria dos padrões éticos, embora persistam desigualdades.

Para Sérgio Bittar, ex-ministro nos governos Pinochet, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet (os dois últimos após a redemocratização), trata-se de uma "crise de expansão da sociedade chilena", já que houve "o desenvolvimento de uma grande classe média, ciente de seus direitos, com maior nível de renda e sem medo".

O ensino é claramente um ponto de ruptura nesse modelo que, no geral, tem sido muito bem-sucedido. Manifestações estudantis pela adoção de ensino gratuito e de melhor qualidade começaram há cinco me-

ses e resultaram num impasse. No Chile, só a educação básica é de graça. No nível médio, as escolas podem cobrar. Desde a ditadura de Pinochet, não há universidades gratuitas, e mesmo as públicas cobram tarifas. O governo concede bolsas de estudo, o que não impediu que um expressivo número de famílias tenha se endividado para pagar os estudos dos filhos.

O governo Sebastián Piñera ofereceu ampliar as bolsas para abarcar 40% dos estudantes mais pobres e 20% dos de classe média. Não houve acordo, e os dois lados radicalizaram, rompendo incipientes negociações. O governo reagiu prevendo a adoção de penas de até três anos de prisão pela ocupação de espaços públicos. Os estudantes, que

contam com o apoio dos professores, exortaram os colegas a não voltar às aulas neste segundo semestre, além de marcarem uma

greve geral para os dias 18 e 19. Hoje, 90% das universidades estão paradas, e cerca de 400 colégios do ensino médio estão ocupados e paralisados.

Os estudantes sustentam que o Estado pode financiar a totalidade do ensino e sugerem para isso três caminhos: a nacionalização da indústria de mineração — a maior fonte de receita do país —, uma grande reforma tributária que taxe os mais ricos e a redução dos gastos militares. As propostas não têm boa acolhida no governo.

O impasse causa enorme desgaste político a Piñera, o primeiro presidente de direita

a governar o país desde a era Pinochet. Pesquisas mostram que as demandas estudantis têm apoio de 89% da população, e que apenas 22% aprovam o desempenho do presidente no caso. Há claramente uma dificuldade do governo em entrar em sintonia com a opinião pública no embate com os estudantes. Os chilenos não veem mais a educação universitária como um privilégio, mas como um direito. Terá contribuído para o endurecimento da posição oficial o fato de as autoridades terem enfrentado, nos últimos meses, nada menos do que 37 protestos estudantis maciços.

A crise chilena mostra que o crescimento econômico, mesmo com redução dos índices de pobreza, não significa que esteja tudo resolvido. É necessário adotar mecanismos de participação mais eficazes e reduzir a rigidez do sistema político com reformas que atendam aos novos anseios da sociedade.

Governo está fora de sintonia com sociedade, que apoia demandas estudantis

6

Texto 31

Quinta-feira, 4 de agosto de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Desoneração da indústria é bem-vinda

Ainda que pouco abrangente, o governo deu um passo importante para ajudar a competitividade da indústria brasileira de transformação e de outros setores: a desoneração da folha de pagamentos. Trata-se de uma renúncia fiscal, que pesará sobre as contas públicas e os demais contribuintes? É uma tese a ser ou não comprovada empiricamente. Talvez essa suposta arrecadação não viesse a se concretizar, devido ao enfraquecimento dos setores agora beneficiados. Como se trata de um projeto piloto, em vigor até 2012, aceitável pela necessidade de se observar o que ocorrerá na prática, se os resultados forem positivos, como se espera, haverá condições políticas, econômicas e financeiras para que a nova sistemática se estenda a vários outros setores, independentemente até de serem grandes empregadores.

O Brasil não terá como fugir da valoriza-

ção de sua moeda. É uma consequência natural da melhora da economia, que tem evoluído exatamente por caminhar em modo de abertura, sem discriminar a origem de capitais.

A valorização da moeda obriga a economia a ser mais competitiva, e os ganhos de produtividade decorrentes desse processo permitem melhorias salariais e aumento da capacidade de investimento das empresas.

No entanto, essa competitividade não deriva somente de esforços internos daqueles que produzem. Há uma série de fatores externos e obstáculos, estruturais que depende de políticas públicas para ser removida.

A elevada carga tributária no país e mesmo a estrutura inadequada de impostos

acabam atingindo a cadeia exportadora, principalmente a de manufaturados. Assim, desonerar essa linha de produção é funda-

mental para que a indústria de transformação consiga ser competitiva. As tentativas de devolução de impostos recolhidos não têm sido ágeis e, por isso, é válido que se busquem fórmulas mais eficazes para retorno desse tributo indevidos, diretos e indiretos.

É louvável também que o BNDES passe a ser mais atuante no financiamento da inovação. Como banco de fomento, a instituição estará cumprindo verdadeiramente uma das suas

missões.

No bojo dessas iniciativas que receberam os aplausos da indústria, há pelo menos uma que deve ser vista com ressalva.

Privilégio para fornecedor interno traz de volta o risco da reserva de mercado

Políticas de compras governamentais que privilegiam a produção doméstica são admitidas até nas economias liberais, mas quando trazem benefícios para o conjunto da população, pela geração ou manutenção de empregos, recolhimento de impostos, etc.

No entanto, se essas políticas apenas garantem reservas de mercado, passam a ser contraproducentes, pois transferem para os contribuintes e consumidores o ônus da ineficiência (e não o bônus da produtividade). Será preciso observar com muita atenção se a regra agora instituída (preferência para a produção doméstica, quando a diferença de preços em relação aos competidores estrangeiros for de até 25%) será um ônus ou um bônus. Reservas de mercado costumam ser mascaradas por um viés ideológico, que foi muito negativo para o Brasil, no passado. É uma experiência que não precisamos repetir.

6

Texto 32

Quarta-feira, 1 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Alemanha deu um passo atrás

O governo alemão decidiu dar um passo atrás em relação ao uso da energia nuclear. A vida útil de suas usinas, que respondem por cerca de um quarto da eletricidade consumida no país, não mais será prorrogada, de modo que até 2022 as centrais em funcionamento terão de ser desligadas.

Trata-se de uma decisão política, sem embasamento técnico, que o governo de coalizão liderado pela chanceler Angela Merkel resolveu tomar em função dos resultados das recentes eleições regionais, marcadas por um expressivo avanço do Partido Verde.

A decisão significa, sem dúvida, um tremendo revés para a indústria nuclear no mundo. A Alemanha contribuiu consideravelmente para o avanço tecnológico do setor, especialmente no que se refere à segurança das usinas.

O Brasil se tornou parceiro dos alemães na década de 70 com um acordo envolvendo transferência de tecnologia para construção e operação de centrais nucleares. O acordo também envolvia investimento em um processo de enriquecimento de urânio (que somente havia sido testado em escala laboratorial), que acabou abandonado, pois se mostrou antieconômico. Paralelamente, a Marinha brasileira desenvolveu tecnologia própria para enriquecimento de urânio, posta em prática pelas Indústrias Nucleares do Brasil, em suas unidades de Resende.

O ótimo funcionamento de Angra 2, considerada uma das usinas mais eficientes do planeta, atesta que o acordo com os alemães foi bem-sucedido. Os fran-

ceses adquiriram o controle acionário das companhias que detinham a tecnologia alemã, e os contratos tiveram uma sucessão natural, garantindo a retomada das obras de Angra 3, prevista para funcionar em 2015.

O trágico acidente em Fukushima, no Japão — causado por erros técnicos e imprevidência —, certamente abalou a imagem da indústria nuclear e fortaleceu os críticos do setor na Alemanha, em um momento que toda a Europa vinha reativando projetos de novas usinas, dentro do esforço de redução das emissões de gases que contribuem para o efeito-estufa.

A Suécia, por exemplo, que depende em 50% da energia nuclear, e que resolvera anos atrás desligar suas usinas, voltou atrás e

prorrogou a vida útil das centrais, baseada em rigorosos critérios técnicos. Os alemães caminhavam nessa direção, quando o acidente de Fukushima levou o governo Merkel a congelar a iniciativa. Não há tempo hábil para os alemães substituírem toda essa energia nuclear por fontes alternativas. O mais provável é que passem a depender de energia térmica, de fontes como carvão, óleo combustível e gás natural. A Alemanha, que reconhecidamente se esforçava para reduzir a emissão de gases que aceleram o aquecimento global, agora trocará de sinal. Teria sido preferível que usassem sua eficiência tecnológica para investir na segurança dessas usinas, o que beneficiaria o planeta inteiro.

Até 2022 é possível que essa discussão amadureça e, sem a pressão dos acontecimentos, os alemães reflitam mais sobre a decisão que tomaram.

Decisão de fechar usinas nucleares não é técnica, tem objetivo político

6

Texto 33

Terça-feira, 27 de setembro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Corporativismo ameaça CNJ no Supremo

A aprovação da emenda constitucional número 45, no final de dezembro de 2004, deu início à reforma do Poder Judiciário, estacionada em gavetas do Congresso havia mais de uma década. Ali começou a tramitar uma sucessão de projetos destinados a atacar um dos maiores problemas dos tribunais brasileiros, a lentidão, irmã gêmea da burocracia.

A instituição de instrumentos como o da súmula vinculante e da repercussão geral produziu efeitos imediatos, ao fazer andar a fila de processo nas Cortes de última instância. A possibilidade de o Supremo Tribunal Federal, por maioria qualificada de votos, estabelecer veredicto único para ações idênticas — por meio de súmulas — começou a desengarrar a Justiça. Bem como, ao poder escolher o que julgar, em função da “repercussão geral”, o STF passou a qualificar a sua pauta, como deve ser.

Mas não é fácil modernizar um segmento

do Estado que se esclerosou. Mesmo com todos os avanços acontecidos desde a promulgação daquela emenda, persistem resistências decorrentes do corporativismo, uma das características do Poder Judiciário.

Boa parte dos conflitos derivados da cristalização de prerrogativas e poder de grupos dentro do Judiciário ocorre na ação corretiva e reguladora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), instituído pela Emenda 45. Mal batizado de “controle externo” da Justiça — afinal, além de ser presidido pelo presidente do STF, o conselho é composto em grande maioria por representantes do próprio Judiciário —, o CNJ cumpre missão estratégica: elevar a geralmente baixa qualidade administrativa dos tribunais e fazer um trabalho-chave de cor-

reção. Há inúmeros exemplos de atuação acertada da corregedoria do CNJ.

Pois esta função do conselho corre riscos, com a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) impetrada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) contra a Resolução 135 do conselho, baixada em julho. Ela trata da atuação do CNJ no campo administrativo e disciplinar e foi considerada uma extrapolação de poder pela AMB. A Adin poderá ser julgada nesta quarta, a partir do voto do relator da ação, ministro Marco Aurélio Mello.

Está em questão a própria eficácia do CNJ, como ele foi idealizado e criado pelo Congresso. Se depender da AMB, o conselho será manietado na atuação disciplinar, pois, aprovada a Adin, só poderá atuar de-

pois das corregedorias de cada tribunal. Será convertido em simples instância de recurso às decisões dessas corregedorias, que, como se sabe, não se notabilizam pela rapidez e assertividade nos veredictos.

A associação dos juízes, ciosa na defesa da corporação, tem pelo menos um contencioso anterior com o CNJ, referente ao horário de trabalho dos magistrados. Ao ser estabelecido pelo conselho, como recomenda o bom-senso, um expediente-padrão para os tribunais em todo o país, a AMB também recorreu ao Supremo em defesa de peculiaridades e costumes regionais. Nenhuma preocupação, por óbvio, com os clientes dos magistrados — a população.

A investida, agora, contra o CNJ é mais grave, porque ameaça fazer retroceder o Poder Judiciário a uma fase em que a independência do juiz, cláusula pétrea em qualquer estado de direito democrático, era confundida com inimizabilidade.

Associação de juízes quer limitar ação corretiva do conselho

6

Texto 34

Terça-feira, 20 de setembro de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

A volta do cacoete do protecionismo

O aumento do IPI em surpreendentes 30 pontos percentuais sobre veículos com menos de 65% de conteúdo nacional reflete bem um tipo de pensamento vigente em Brasília saudosista dos tempos da reserva de mercado, quando qualidade e preço eram questões menores. Importante era garantir o máximo de "autosuficiência" no maior número possível de setores. Eficiência empresarial e o interesse do consumidor ficavam em segundo plano.

A barreira tarifária é um retrocesso em relação à saudável abertura deste mercado à concorrência externa, iniciada no governo de Fernando Collor, que, com razão, tachou de "carroças" os automóveis brasileiros. Como o brasileiro não tinha alternativas, os veículos continuavam ultrapassados. Só começaram a ser melhorados com o choque de concorrência. Esta e outras reservas de mercado, como a de computadores, foram fator de atraso em incontáveis ramos de atividade, obrigando a

sociedade a arcar com preços altos para ter produtos de baixa qualidade, quando não era obrigada a apelar para o contrabando. Caso dos computadores. Ganhos de produtividade na economia deixaram de ser obtidos devido àquela política.

Com este salto no IPI de veículos importados parece ter sido restabelecida a aliança entre sindicatos de trabalhadores e a Fiesp. Antes da abertura do país para o exterior, a partir do início da década de 90, mercados protegidos da concorrência externa permitiam preços nas alturas para sustentar generosos aumentos salariais, sem reduzir a margem de lucro dos empregadores.

A impressão digital do lobby está na própria abrangência da elevação do imposto, calibrado para atingir quem ainda não tem fá-

brica no Brasil, basicamente chineses e coreanos. Dos 531 mil veículos importados de janeiro a agosto, 76% (401.719) estariam fora de alcance do tarifaço, pois são trazidos por fábricas instaladas no Brasil de suas unidades na Argentina e México, sob proteção de regras do Mercosul e de um acordo especial de tributação. Assim, apenas 24% das importações (129.281, de janeiro a agosto) seriam atingidos. Ou menos de 7% do mercado. Pouco, mas deve ter incomodado alguém.

Partia-se do pressuposto de que barreiras alfandegárias defendiam empregos. Uma ilusão, pois, sem concorrência, investimentos eram adiados e, consequentemente, a própria geração de novos empregos era prejudicada. Sem considerar que o primeiro passo para a instalação de fábricas no país é a abertu-

tura de canais de importação. Conquistado o consumidor, parte-se para a substituição de importações. Foi assim que as primeiras fábricas de automóveis vieram para o Brasil. Ao sucumbir ao lobby empresarial e sindical, o governo aborta este processo e prejudica o consumidor. Seja pelo efeito indireto da redução da concorrência interna — aumento de preços dos modelos "nacionais" — ou pelo encarecimento em si do produto importado. Isso porque Brasília prefere não trilhar o caminho — mais difícil, porém o correto — de melhorar o ambiente de negócios, para que empresas instaladas no país consigam compensar o peso de um câmbio valorizado (aliás, no momento já não tão valorizado assim). Por preferir não atacar para valer a desmesurada carga tributária, a burocracia e o problema da infraestrutura deficiente, prefere recorrer ao protecionismo puro e simples, quando a indústria caminha cada vez mais para cadeias de suprimento globalizadas. O Brasil engatou marcha à ré.

Identifica-se na medida o retorno da aliança entre sindicatos e a Fiesp

6

Texto 35

Quarta-feira, 29 de junho de 2011

O GLOBO

OPINIÃO

Grécia de volta ao centro do mundo

A influência da cultura grega no Ocidente é seminal. Mas, nos dias que correm, a Grécia tem sido mais do que uma referência na Civilização: há motivos concretos para se estar atento aos embates políticos em Atenas para a aprovação, hoje, no Parlamento, de mais um duro pacote de ajuste interno. Na verdade, é bem mais que isso: trata-se de um novo e decisivo capítulo da crise de dívidas de países ("dívidas soberanas") do bloco europeu, deflagrada em 2009, na esteira do apagão no crédito mundial provocado pelas ondas de reverberação da quebra do sistema financeiro imobiliário americano. No planeta, governos tiveram de aumentar os gastos para aguentar o tranco recessivo e sustentar seus próprios bancos. Quem não tinha as contas públicas minimamente equilibradas foi punido pelo mercado, e não teve mais condições de renegociar as dívidas a taxas suportáveis.

Primeiro, explodiram Grécia e Irlanda. A

tsunami depois engolfou Portugal e ameaça há algum tempo a Espanha. A União Europeia mostrou deficiências de governança, incapaz de supervisionar, cobrar e punir os países-membros indisciplinados do ponto de vista fiscal. A Grécia, por exemplo. A partir do início de 2010, já com o apoio do Fundo Monetário, a União Europeia passou a liberar linhas de ajuda aos gregos, num total de US\$ 163 bilhões. Foi, ainda, constituído um fundo de contingência de US\$ 680 bilhões para quem necessite de socorro. Portugal aprovou um primeiro programa de austeridade e foi ajudado. A Grécia deu passos nesta direção, mas não conseguiu se estabilizar. Semana passada, o governo socialista do primeiro-ministro George Papandreu ultrapassou a barreira de fogo do voto de confiança, e joga tudo na

aprovação de outro conjunto de medidas para tentar reequilibrar as finanças: demissões de servidores, privatizações, etc.

A Grécia volta ao centro do mundo, pelo efeitos negativos que pode provocar na economia global. O drama grego e, por tabela, do mundo é mais uma lição prática de como todos estamos interligados.

A UE condicionou à aprovação das medidas pelo Parlamento a liberação imediata de US\$ 17 bilhões, com participação do FMI, para o resgate de títulos que vencem nas próximas semanas. Daí ser essencial a vitória do governo na votação de hoje. Se perder, o país quebra ("default") e, com ele, são arrastados para o prejuízo muitos bancos europeus — e não só. Não há caridade. Franceses, alemães, a UE, enfim, querem evitar aba-

no no seu sistema financeiro, o proprietário dos títulos da dívida grega. O micro está nele.

Há quem aposte não haver outra saída para a Grécia fora a renegociação da dívida (como o Brasil, na redemocratização). Bancos franceses, entre os mais expostos a uma debacle grega, já propõem rolar parte dos títulos e contribuir para a constituição de um fundo de apoio ao país. É a tal participação privada que os alemães tanto pedem.

Paira ainda o medo de danos que podem ser provocados pelos chamados CDS (Credit Default Swap), um seguro contra calotes de credores. Trata-se de um derivativo negociado no mundo, sem transparência, entre as instituições financeiras globais. Se a Grécia falir, detentores de CDS cobrarão a perda. Para imaginar o resto, basta lembrar do final de 2008. Daí as vítimas em potencial não serem apenas europeias. Mais um alerta para o Brasil evitar aventuras na condução da economia: o mundo não está para amadores.

O alerta para quem não acha que vive num mundo globalizado